



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS
**TRÂNSITO, TRANSPORTE
E MOBILIDADE**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, 'a' da Lei nº 14.133/2021)

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO

1.1.1 Contratação de serviços contínuos de manutenção preventiva, inspeção técnica e emissão de relatórios de conformidade dos instrumentos que compõem a Estação Meteorológica de Superfície Automática (EMS-A), em conformidade com as normas do SISCEAB e as instruções ICA 63-10, ICA 66-23 e ICA 66-27, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e seu(s) apenso(s).

1.1.2 PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

1.1.2.1 A contratação será:

☐ REALIZADA EM ÚNICO ITEM.

☐ DIVIDIDA EM ITENS.

☐ DIVIDIDA EM ITENS E LOTES.

☐ DIVIDIDA EM LOTES.

☒ **REALIZADA EM LOTE ÚNICO.** Justifica-se o agrupamento em lote único em razão da necessidade de integração técnica dos serviços, considerando que as atividades de manutenção preventiva, inspeção técnica e atendimento corretivo possuem natureza interdependente, devendo ser executadas por uma única empresa responsável, garantindo padronização dos procedimentos, responsabilidade técnica unificada e maior eficiência operacional, evitando riscos à segurança das operações aeronáuticas.

1.1.2.2 A opção assinalada se encontra detalhada no Apenso I deste Termo de Referência.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

1.1.3 INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021)

☒ **NÃO SE APLICA.**

☐ **EXCLUSIVIDADE DE MARCA/MODELO**

☐ **MARCA/MODELO REFERÊNCIA**

1.1.4 A VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MARCA

☒ **NÃO SE APLICA.**

☐ **SE APLICA.**

1.2 NATUREZA DO OBJETO

1.2.1 O objeto da contratação possui:

☒ **NATUREZA COMUM**, cujos padrões de qualidade e desempenho são facilmente descritos e Especificados conforme padrões de mercado.

Justifica-se o enquadramento estrito como SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA (Art. 6º, XXI, 'a' da Lei nº 14.133/21). Embora os procedimentos obedçam a protocolos padronizados do mercado (SISCEAB/DECEA) – viabilizando a licitação via Pregão Eletrônico –, a execução da manutenção preventiva e corretiva da EMS-A engloba intervenções diretas em circuitos eletrônicos, telecomunicações e infraestrutura elétrica de alta precisão. Tais atividades caracterizam-se tecnicamente como serviços de engenharia, atraindo a obrigatoriedade de acompanhamento por profissional habilitado no Sistema CONFEA/CREA para emissão da competente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), dada a extrema criticidade do sistema para a segurança de voo.

☐ **NATUREZA ESPECIAL**, pois não se adequa às especificações padrões de mercado.

1.2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme vedação do art. 20 da Lei nº 14.133/2021.

1.3 ENQUADRAMENTO, VIGÊNCIA E FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.3.1 A prestação do serviço será:



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

☐ **NÃO CONTINUADA OU POR ESCOPO**, destinada as necessidades temporárias, não sendo de caráter permanente para a Administração.

☒ **CONTINUADA**, pois atende necessidade permanente de manutenção da EMS-A para garantir a segurança operacional do aeródromo.

1.3.2 PRAZO DE VIGÊNCIA

1.3.2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, conforme arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021

1.3.3 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

☐ **HAVERÁ SOMENTE EMISSÃO DE INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO (AFM E/OU EMPENHO).**

☒ **HAVERÁ SOMENTE CELEBRAÇÃO DE INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO.**

☐ **HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) E POSTERIORES INSTRUMENTO(S) FORMAL(IS) DE CONTRATO.**

☐ **HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) E POSTERIORES INSTRUMENTO(S) SUBSTITUTIVO(S) AO CONTRATO (AFM E/OU EMPENHO).**

1.3.3.1 Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato ou retirada de instrumento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data da convocação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'b' da Lei nº 14.133/2021)

2.1 Nos termos da Instrução do Comando da Aeronáutica ICA 63-10, a Estação Meteorológica é classificada como Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) de Categoria "D", estando, portanto, sujeita à periodicidade mínima de manutenção e aos requisitos técnicos estabelecidos na referida normativa. Abaixo, trecho do normativo em referência:

"As EPTA CAT "D" constituem-se das Estações de Radiodifusão Automática de Aeródromo (ERAA), destinadas a transmitir, por meio de canal de voz em VHF, o vento de superfície, a pressão atmosférica,



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

a visibilidade, a temperatura, a quantidade de nuvens e a altura da base de suas camadas representativas do aeródromo e outros avisos pertinentes sobre o funcionamento do aeródromo, e das Estações Meteorológicas de Superfície Automáticas (EMS-A), destinadas a confeccionar o METAR AUTO e SPECI AUTO, ou, ainda, da combinação dessas estações (EMS-A/ERAA). A definição da classificação (1, 2 ou 3) da EMS-A será definida de acordo com a ICA 105-15 "Estações Meteorológicas de Superfície". – Fonte: ICA 63-10 (DECEA).

2.2 Adicionalmente, em razão da operação por instrumentos vigente (IFR/NPA – RNP RWY 09 e RNP RWY 27), a Estação de Radiodifusão deverá atender aos requisitos estabelecidos na Instrução do Comando da Aeronáutica ICA 100-1, ou em norma que venha a substituí-la. Vejamos:

"NOTA 1: No caso de operações IFR de não precisão, a Estação de Radiodifusão deverá obedecer aos requisitos estabelecidos na ICA 100-1 "Requisitos para operação VFR ou IFR em Aeródromos".

NOTA 2: Os requisitos técnico-operacionais da ERAA (cobertura do VHF) serão verificados pelo Grupo Especial de Inspeção em Voo (GEIV), de acordo com os parâmetros estabelecidos na ICA 121-3 "Procedimentos Administrativos de Inspeção em Voo" e no Manual Brasileiro de Inspeção em Voo (MANINVBASIL)." – Fonte: ICA 63-10 (DECEA).

2.3 Dessa forma, a manutenção preventiva e corretiva deve observar rigorosamente os padrões regulatórios aplicáveis, bem como a periodicidade mínima estabelecida. Ademais, a normativa exige a execução dos serviços por profissionais devidamente habilitados, com certificação emitida pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), nos termos da Instrução do Comando da Aeronáutica ICA 66-23 – "Licenças e Certificados de Habilitação para Pessoal Técnico do Sistema de Controle do Espaço Aéreo":

"7.4 PESSOAL

A EPTA deverá possuir técnico habilitado para o serviço de manutenção da estação." - Fonte: ICA 63-10 (grifo nosso).

"2.2.2.2 Para os serviços de implantação e de manutenção de seus PCEA, a EPTA deverá cumprir o disposto na ICA 66-23 "Licenças e Certificados de Habilitação Técnica para o Pessoal Técnico do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro"

(...)

2.2.5 Para os serviços de implantação e de manutenção a EPTA poderá contratar pessoas físicas ou subcontratar pessoas jurídicas, devendo atender o contido na ICA 66-23 "Licenças e Certificados de



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

Habilitação Técnica para o Pessoal Técnico do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro". – Fonte ICA 63-23.

2.4 Atualmente, o aeroporto municipal encontra-se em desconformidade com a normativa aplicável, por não dispor de responsável técnico habilitado para a manutenção da EPTA Categoria "D" (Estação Meteorológica de Superfície Automática), bem como por não possuir planejamento formal de manutenção desde a sua instalação. Tal cenário compromete a confiabilidade das informações meteorológicas geradas de forma automatizada pelos equipamentos em solo, além de representar risco às operações aéreas. Por este motivo, a presente contratação se faz urgente e indispensável para a regularização do aeródromo perante o órgão regulador.

2.5 Ademais, a Prefeitura não dispõe de pessoal com a capacitação técnica exigida, tampouco há previsão de realização de concurso público para tal finalidade, em razão da elevada especialização da função, da escassez de profissionais no mercado e dos custos associados. Ressalte-se, ainda, que a manutenção de profissional dessa natureza no quadro permanente implicaria relativa ociosidade, considerando que as manutenções preventivas ocorrem em periodicidade trimestral e que as intervenções corretivas possuem baixa frequência de acionamento.

2.6 Após a contratação, a empresa, nos termos da Lei 14.133, deverá apresentar profissional habilitado, conforme preconizado pela ICA 63-10, para posterior apreciação do Órgão Regulador:

13.8 As EPTA deverão encaminhar aos respectivos Órgãos Regionais, obrigatoriamente, a apresentação dos responsáveis técnicos e dos técnicos que exercem as atividades de manutenção nos PCEA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Instrução, e cumprir o estabelecido no item 2.3.2.1 e 2.3.3, conforme o caso." – Fonte ICA 63-10.

2.7 Por fim, além do risco operacional às operações aéreas já explicitado, há ainda a possibilidade de emissão de infrações e sanções, que podem variar, desde multas, até a interdição do aeródromo, que atualmente é modal aéreo essencial para o município e sua região de influência, em decorrência das operações de Transporte de Enfermos (UTI aeromédica), Transporte de Valores (malotes de dinheiro) e Transporte Público de Passageiros, além da operação de voos particulares que fomentam os investimentos na região por parte de empresários e voos de autoridades, incluindo segurança pública, tais como: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Forças Armadas, Órgãos de Estado etc.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'c' e art. 40, §1º, I da Lei nº 14.133/2021)

3.1 Conforme descrito nas especificações técnicas detalhadas no Apenso II deste instrumento, a solução indicada consiste na contratação de empresa especializada para execução dos seguintes serviços:

- Laudo técnico inicial com manutenção preventiva básica
- Manutenção preventiva periódica trimestral
- Atendimento sob demanda para indisponibilidade da estação em até 72h
- Inspeções técnicas completas
- Emissão de relatórios de conformidade

3.2 A solução contempla fornecimento de equipe técnica especializada e habilitada conforme ICA 66-23, sendo indispensável para a execução contratual a atuação dos seguintes profissionais:

- a) Profissional de nível superior em Engenharia (Elétrica, Eletrônica, Telecomunicações ou área correlata), com registro ativo no respectivo Conselho de Classe (CREA), que será o responsável pela emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente aos serviços de manutenção dos equipamentos eletrônicos e elétricos da estação.
- b) Técnico em Estação Meteorológica (devidamente certificado e habilitado pelo DECEA para atuação em EPTA Categoria "D"), responsável pelas intervenções de rotina e calibração dos instrumentos, sob a supervisão do Responsável Técnico.

3.2.1 Será exigida da contratada a apresentação da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de prestação de serviços, registrada no CREA, no momento da assinatura do contrato ou início da prestação dos serviços.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'd', da Lei nº 14.133/2021)

4.1 A contratação deverá observar os requisitos relacionados nos subitens abaixo listados.

4.1.1 SUSTENTABILIDADE

☐ APLICAM-SE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NESTA CONTRATAÇÃO NO CONTEXTO DO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA).

☒ NÃO SE APLICAM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NESTA CONTRATAÇÃO, em razão da natureza técnica especializada e regulada do objeto.

4.1.2 SUBCONTRATAÇÃO



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

☐ **NÃO SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL.**

☒ **SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DO OBJETO CONTRATUAL.**

4.1.2.1 Será admitida a subcontratação parcial do objeto, ficando limitada a:

a) Serviços acessórios ou complementares à manutenção;

b) É expressamente VEDADA a subcontratação da responsabilidade técnica principal do objeto, qual seja: a manutenção preventiva e corretiva direta nos instrumentos da EMS-A e a emissão dos relatórios de conformidade SISCEAB;

c) A contratada principal permanecerá integralmente responsável por todos os atos dos subcontratados perante a Administração.

4.1.3 CONSÓRCIO

☐ **NÃO SERÁ VEDADO.**

☒ **SERÁ VEDADO** Como se depreende a Lei nº 14.133/2021 a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou não, e tal decisão cabe única e exclusivamente ao órgão promotor da licitação, pois esse juízo de oportunidade e conveniência encontra-se em sua margem de discricionariedade. A Doutrina e jurisprudência são unânimes em assentar que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração, conforme dispõe os Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 1.240/2008 e nº 2831/2012 – TCU – Plenário.

Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, e pela necessidade de responsabilidade técnica única, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio.

4.1.4 GARANTIAS

4.1.4.1 GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (Art. 96-102 da Lei nº 14.133/2021)

4.1.4.1.1 Será exigida garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor total inicial do contrato, conforme regras estabelecidas no instrumento



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

contratual. A exigência justifica-se pela alta criticidade operacional do objeto, visto que a inexecução ou falha na manutenção da EMS-A gera risco severo à segurança de voo, podendo acarretar a interdição do aeródromo e suspensão de operações essenciais (UTI aérea), tornando a garantia essencial para mitigar danos ao erário.

4.1.4.1.2 A garantia deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato.

4.1.4.1.3 A garantia na modalidade seguro-garantia deverá ser prestada em até 5 (cinco) dias corridos, contados da data da homologação da licitação até no máximo à assinatura do contrato (art. 96, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

4.1.4.1.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados para a contratação

4.1.4.1.5 Além da exigência da garantia da contratação, a Administração, para assegurar o efetivo cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias concernentes aos empregados da contratada, sem prejuízo de outras medidas com esse mesmo objetivo:

- a) condicionará o pagamento da contratada à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias vencidas relativas ao contrato;
- b) realizará o provisionamento de valores para garantir os pagamentos dos débitos trabalhistas e previdenciários relativos ao contrato, na forma da legislação específica.

4.1.4.2 GARANTIA DO SERVIÇO (Art. 40, §1º, III da Lei nº 14.133/2021)

☒ **NÃO SE APLICA.**

☐ **GARANTIA LEGAL.** Conforme prazos e condições definidos na Lei Federal nº. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

☐ **GARANTIA CONTRATUAL TÉCNICA, COMPLEMENTAR À GARANTIA LEGAL.**

4.1.5 VISTORIA (Art. 63, §§ 2º, 3º e 4º da Lei nº 14.133/2021)

☐ **NÃO SE APLICA.**

☐ **VISTORIA OBRIGATÓRIA.**



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

☒ **VISTORIA FACULTATIVA.** Os fornecedores interessados poderão realizar vistoria prévia para melhor conhecimento das condições de execução do serviço objeto da contratação

4.1.4.1 O fornecedor que desejar realizar vistoria deverá agendá-la junto à Gestora do Aeroporto Municipal Pedro Pereira dos Santos pelo telefone 0-xx-34-3820-8115, de 08 a 14 horas, segunda a sexta-feira; ou pelos e-mails aeroporto@patosdeminas.mg.gov.br ; lara@patosdeminas.mg.gov.br , até 2 (dois) dias antes da abertura do procedimento de contratação.

4.1.4.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.1.4.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.1.4.4 O fornecedor que optar por não realizar vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.1.4.5. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de condições locais ou de projetos porventura disponibilizados, se for o caso, não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a execução dos serviços.

4.1.7 ALTERAÇÃO SUBJETIVA (Art. 11 do Decreto nº 5.401/2023)

☒ **SIM.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da licitação.

☐ **NÃO.**

4.1.8 PERCENTUAL MÍNIMO MÃO DE OBRA (Art. 11 do Decreto nº 5.401/2023)

☐ **SIM.**



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

☒ **NÃO.** Não será estabelecido o percentual, tendo em vista que no presente momento ainda não há regulamentação municipal nem federal com relação ao percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação constituído por mulheres vítimas de violência doméstica e egressos do sistema prisional.

4.1.9 ALOCAÇÃO DE RISCOS PREVISTOS E PRESUMÍVEIS (Art. 11 do Decreto nº 5.401/2023)

☒ **SIM.** A responsabilidade pelos ônus financeiros decorrentes de situações futuras e incertas – riscos que possam ocorrer depois da apresentação da proposta na licitação – definindo a condição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato será gerenciada pela contratante.

☐ **NÃO.**

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Arts. 6º, XXIII, 'e' Lei nº 14.133/2021)

5.1 REGIME DE EXECUÇÃO

☒ **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**

☐ **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.**

5.2 PRAZO PARA RETIRADA DO EMPENHO

5.2.1 Os empenhos, juntamente com os respectivos pedidos de entrega, serão encaminhados ao fornecedor por meio de e-mail, no endereço eletrônico indicado na proposta de preços. O fornecedor deverá acusar o recebimento.

5.3 LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.3.1 Os serviços deverão ser executados no seguinte endereço: Aeroporto de Patos de Minas, situado na Avenida Salomão de Deus Neto, s/n, BR 354, Km 08, no horário de 07 as 14hs, de segunda as sextas-feiras.

5.3.2 Para realização dos serviços é necessário o prévio agendamento juntamente com a Sra. Lara Rodrigues Caixeta, através dos contatos (34)3820-8115, (34)99235-1208 ou lara@patosdeminas.mg.gov.br / aeroporto@patosdeminas.mg.gov.br.

5.3.3 O prazo de início de execução do objeto é de até 10 (dez) dias corridos contados do dia útil subsequente ao recebimento da Nota de Empenho, Contrato ou documento equivalente.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

5.3.4 Os serviços serão prestados nas seguintes condições

SERVIÇOS/ETAPAS	CONDIÇÕES	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO
Produto 1: Laudo de Situação	Visita técnica, manutenção inicial básica e diagnóstico	Até 30 dias após a Ordem de Serviço
Produto 2: Manutenção Preventiva	Inspeção funcional, limpeza e testes de sensores	Trimestralmente
Produto 3: Assessoramento	Suporte remoto e gestão normativa	Contínuo (mensal)
Acionamento Corretivo	Diagnóstico de falhas in loco	Até 72h após chamado formal

5.3.5 Devidamente justificado e com pelo menos 2 (dois) dias corridos de antecedência do prazo final de execução, o prestador do serviço poderá solicitar prorrogação de prazo, ficando a cargo da área demandante acolher a solicitação, desde que não haja prejuízo, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior

5.3.6 Para a perfeita execução dos serviços, o prestador do serviço deverá disponibilizar os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidade necessária, promovendo sua substituição quando necessário.

5.3.7 O prestador de serviço se obriga a executar o objeto em conformidade com as especificações descritas na Proposta de Preços e neste Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

5.3.8 Estão inclusos no objeto contratado apenas os insumos básicos de manutenção preventiva (tais como lubrificantes, materiais de limpeza técnica e pequenos materiais de consumo), necessários para a execução das rotinas ordinárias, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do futuro contrato correrão por conta exclusiva do prestador de serviço.

5.3.9 A contratada deverá realizar, como etapa inicial do contrato (Produto 1), um levantamento técnico pormenorizado para a elaboração do Laudo de Situação, com o objetivo de diagnosticar o estado funcional de todos os sensores e sistemas da EMS-A.

5.3.9.1 Fica estabelecido que a relação detalhada de peças, sensores ou componentes que necessitem de substituição não integra este Termo de Referência em sua fase inicial, visto que tal necessidade será determinada exclusivamente pelos achados técnicos constantes no Produto 1.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

5.3.9.2 Após a entrega e aprovação do Laudo de Situação, a contratada deverá fornecer à Administração a relação técnica das peças e componentes necessários, acompanhada das especificações mínimas exigidas pelas normas do SISCEAB (ICA 66-23 e ICA 66-27), para que a Prefeitura promova a devida aquisição.

5.3.9.3 O custo de aquisição de novos sensores, equipamentos meteorológicos ou componentes eletrônicos complexos não está incluso no valor global desta contratação, sendo de responsabilidade da Administração Municipal, salvo nos casos de danos comprovadamente causados por imperícia ou má execução dos serviços por parte da contratada.

5.3.10 Durante toda a vigência do contrato, caso seja identificada a necessidade de novas intervenções, substituições de sensores ou componentes não detectados no diagnóstico inicial, a contratada terá a obrigação de informar formalmente à Administração Municipal a necessidade de novas aquisições para a devida manutenção e preservação da operacionalidade da Estação Meteorológica (EMS-A).

5.3.10.1 Tal comunicação deverá ser realizada por meio de relatórios técnicos de manutenção ou pareceres de assessoramento, devendo conter o diagnóstico da falha, a justificativa técnica para a substituição e as especificações detalhadas do item, a fim de permitir que a Administração promova a compra de forma célere e assertiva.

5.3.11 O assessoramento técnico contínuo prestado pela contratada deverá incluir o suporte à Administração na conferência técnica das peças adquiridas, garantindo que os materiais entregues por fornecedores terceiros atendam aos requisitos das normas ICA 66-23, ICA 66-27 e ICA 63-10

5.4 DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

☐ **NÃO SERÁ NECESSÁRIO DISPONIBILIZAR MATERIAIS DE CONSUMO E DE USO DURADOURO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO.**

☒ **SERÁ NECESSÁRIO DISPONIBILIZAR MATERIAIS DE CONSUMO E DE USO DURADOURO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO.**

5.4.1 Para a perfeita execução dos serviços, o fornecedor deverá disponibilizar materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas neste Termo de referência, promovendo sua substituição quando necessário.

5.4.2 Fica estabelecido que a relação detalhada de peças de reposição, sensores ou componentes complexos que necessitem de substituição não integra este Termo de Referência em sua fase inicial, visto que tal necessidade será determinada exclusivamente pelos achados técnicos do Produto 1.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

5.4.3 É de inteira responsabilidade da Contratada o fornecimento de todos os materiais e insumos **básicos** necessários às rotinas de manutenção preventiva, incluindo produtos de limpeza técnica, lubrificantes, conectores e materiais para pequenos reparos elétricos.

5.4.4 A contratada deverá disponibilizar, para a perfeita execução, o ferramental técnico, instrumentos de medição e recursos de TI (computadores e dispositivos de interface) indispensáveis para testes e configurações.

5.4.5 O suporte técnico aos softwares da estação está incluso no objeto e abrange a configuração inicial, validação de parâmetros operacionais, testes de integridade de dados e o assessoramento remoto contínuo para análise de ocorrências e suporte consultivo à Administração.

5.4.6 O fornecimento dos insumos básicos e peças para manutenção ordinária citados no item 5.4.3 está incluso no preço global, observando-se o limite de até 10% (dez por cento) do valor de cada objeto/produto contratado.

5.4.6.1 Caso o levantamento técnico indique que a necessidade de materiais ordinários ultrapassará o referido limite de 10%, a Contratada deverá interromper o fornecimento excedente e informar imediatamente à Administração Municipal.

5.4.7 Tal comunicação deverá ser formalizada via relatório técnico, contendo a relação dos itens excedentes, justificativa técnica e especificações normativas, para que a Administração decida pela aquisição complementar ou autorização específica, mantendo o equilíbrio econômico do contrato.

5.5 PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

☒ **NÃO SERÃO NECESSÁRIOS PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO.**

☐ **SERÃO NECESSÁRIOS PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO.**

5.6 RECEBIMENTO DO OBJETO

5.6.1 RECEBIMENTO PROVISÓRIO (Art. 140, I, 'a' da Lei nº 14.133/2021)



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

5.6.1.1 O recebimento provisório dos serviços será realizado mediante termo detalhado emitido pelo fiscal técnico, relativamente ao cumprimento dos prazos de execução e demais exigências de caráter técnico, devendo ocorrer em até 02 (dois) dias úteis.

5.6.1.1.1 O prazo de que trata o subitem anterior será contado do recebimento de comunicação escrita do fornecedor com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

5.6.1.1.2 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do contrato deverá:

- a) apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos;
- b) verificar o efetivo cumprimento, pela contratada, das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;
- c) aferir o efetivo cumprimento, pela contratada, quando for o caso, das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas ao pagamento de parcelas rescisórias.

5.6.1.1.3 A análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços referida no subitem anterior basear-se-á na verificação do estrito cumprimento do cronograma de manutenções e na validade dos laudos emitidos, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) no respectivo termo de recebimento para fins de liberação do pagamento da parcela.

5.6.1.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta de preços, devendo ser refeitos no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da intimação do fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.6.1.3 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado de recebimento provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre todas as ocorrências na execução do Contrato, acompanhado dos demais documentos que julgar necessários, encaminhando-o ao servidor ou comissão designada pela autoridade competente para recebimento definitivo.

5.6.2 RECEBIMENTO DEFINITIVO (Art. 140, I, 'b' da Lei nº 14.133/2021)



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

5.6.2.1 Os serviços serão recebidos definitivamente, em até 5 (cinco) dias *úteis*, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato ou comissão designada pela Autoridade Competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento de todas as exigências contratuais.

5.6.2.2 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.6.2.3 Caso necessário, o gestor do contrato notificará o fornecedor, para realização das substituições e/ou adequações cabíveis, conforme prazo indicado no item 5.6.1.2.

5.6.2.4 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela contratada, do pagamento de todas as obrigações, inclusive trabalhistas e previdenciárias, dos empregados envolvidos na prestação de serviço contratado.

5.6.3 DEMAIS REGRAMENTOS

5.6.3.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do contrato deverá(ão) apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos.

5.6.3.1.1 A análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços referida no subitem anterior basear-se-á na verificação do estrito cumprimento do cronograma de manutenções e na validade dos laudos emitidos, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do Contrato para fins de liberação do pagamento.

5.6.3.2 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas durante o recebimento provisório.

5.6.3.3 O MUNICÍPIO rejeitará, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis.

5.6.3.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica o fornecedor obrigado a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, conforme prazo indicado no item 5.6.1.2,



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

cabendo ao Gestor do Contrato somente habilitar para pagamento a(s) parcela(s) recebida(s) em conformidade.

5.6.3.5 O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo MUNICÍPIO, todos os procedimentos cabíveis em Ato Normativo próprio, no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, do decreto municipal 5401/2023, devendo ocorrer no prazo indicado no item 5.6.2.1.

5.6.3.6 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

5.6.3.7 O aceite ou aprovação do objeto pelo MUNICÍPIO não exclui a responsabilidade do fornecedor pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

6. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, 'f', da Lei nº 14.133/21)

6.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no decreto Municipal 5401/2023, o MUNICÍPIO designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do futuro contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o fornecedor sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

6.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do futuro contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

6.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, sem prejuízos das sanções contratuais legais.

6.2.2 Transmitir ao fornecedor as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso.

6.2.3 Promover a verificação dos serviços já executados.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

6.2.4 Esclarecer as dúvidas do fornecedor, solicitando ao setor competente do MUNICÍPIO, se necessário, parecer de especialistas.

6.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do futuro contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3 A fiscalização, pelo MUNICÍPIO, não desobriga o fornecedor de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

6.3.1 A ausência de comunicação, por parte do MUNICÍPIO, sobre irregularidades ou falhas, não exime o fornecedor das responsabilidades determinadas no futuro contrato.

6.4 O MUNICÍPIO poderá recusar, sustar e/ou determinar o refazimento dos serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

6.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pelo fornecedor, às suas expensas.

6.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do MUNICÍPIO.

6.5 Caberá ao gestor do contrato deliberar sobre a execução contratual, em especial:

6.5.1 Autorizar o início da execução do objeto contratual, deliberando sobre o momento do envio de documentos de formalização tais como documentos ou nota de empenho ordinária ao contratado.

6.5.2 Coordenar as atividades realizadas pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, elaborando, sempre que necessário, relatório com



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento à finalidade da Administrativa;

6.5.3 Receber dúvidas ou questionamentos de matérias sob sua competência, feitos pelo fornecedor e/ou pela fiscalização, manifestando-se e dando o devido encaminhamento;

6.5.4 Deliberar sobre prorrogações de prazos de entre ou execução;

6.5.5 Deliberar sobre o recebimento definitivo do objeto contratado, mediante emissão de termo detalhado, quando não for designada comissão específica para tal fim;

6.5.6 Adotar as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

6.6 Para fins de fiscalização e gestão o MUNICÍPIO poderá solicitar ao fornecedor, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do futuro contrato;

6.7 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Município que venham a ser publicados para disciplina da matéria.

6.8 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.9 Para esta contratação a gestão será exercida pela Diretora de Transporte e a fiscalização será exercida pela Gestora de Aeródromo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'g' da Lei nº 14.133/2021)

7.1 MEDIÇÃO



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

7.1.1 Durante a execução contratual, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do serviço, observando critérios de qualidade, quantidade, prazo, conformidade com as especificações, devendo intervir para requerer ao fornecedor a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.1.2 O pagamento ao fornecedor será condicionado à execução satisfatória e aceitação dos serviços conforme critérios estabelecidos neste instrumento.

7.2 FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

7.2.1 O pagamento será realizado mensalmente, mediante apuração da efetiva execução dos serviços no período de referência, conforme medição realizada pela fiscalização contratual e formalização do recebimento provisório.

7.2.1.1 Tratando-se de serviço contínuo com execução permanente e medição mensal, o pagamento será realizado em 12 (doze) parcelas mensais sucessivas, correspondentes à efetiva execução dos serviços em cada período de faturamento.

7.2.2 O pagamento será processado mediante apresentação, pelo fornecedor, de Nota Fiscal relativa à execução do serviço e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade do fornecedor, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo MUNICÍPIO;

7.2.3 Os pagamentos serão processados no prazo de até 20 (vinte) dias úteis], a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 7.2.2, desde que não haja pendência a ser regularizada;

7.2.3.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº 14.133/21;

7.2.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

7.2.3.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

7.2.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratado.

7.2.5 O MUNICÍPIO realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

7.2.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pelo fornecedor.

7.2.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos itens 7.2.3 e 7.2.3.1.

7.2.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao MUNICÍPIO, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado de Minas Gerais, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO.

7.2.8 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7.3 MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

7.3.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, mediante aplicação do IPCA relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste.

7.3.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas executadas após o prazo de que cuida o item 7.3.1.

7.3.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila,



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

dispensando a celebração de aditamento.

7.3.2 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento do fornecedor quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato.

7.3.3 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do futuro contrato, nas hipóteses do art. 124, II, "d", ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.3.4 Na hipótese de contratos de serviços contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão;

7.3.4.1 Fica convencionado que, nos casos de contrato de serviços contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 7.3.3.

7.3.5 O MUNICÍPIO, no prazo máximo de 01 (um) mês, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pelo fornecedor (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

7.3.6 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do MUNICÍPIO deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

7.3.7 As alterações de preços obedecerão às seguintes regras:

I - O preço registrado no contrato não poderá ultrapassar o praticado no mercado.

II - O Órgão Gerenciador poderá aumentar o preço inicialmente contratado, caso haja pedido do fornecedor e devendo obedecer ao que se segue:



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

- a) Ao deferir o pedido a que dispõe o inciso II, deve, preferencialmente, manter a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pelo licitante e o preço de mercado;
- b) O Órgão Gerenciador deve considerar o valor solicitado pelo fornecedor como máximo que pode ser alcançado nesta revisão;
- c) O Órgão Gerenciador poderá deferir valor menor daquele solicitado pelo fornecedor;
- d) O indeferimento do pedido de revisão a que dispõe o inciso II, não desobriga o fornecedor do compromisso assumido nem o libera de eventuais penalidades por descumprimento contratual.

§ 1º A exceção à regra prevista no inciso II, alínea "a", deverá ser devidamente justificada no processo administrativo.

§ 2º O fornecedor não será liberado do compromisso assumido ainda que os preços de mercado venham a se tornar superior ao contratado.

§ 3º O preço contratado poderá ser revisto de ofício pelo Órgão Gerenciador em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado, ou de fato que eleve o custo do item registrado.

III - Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do bem, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços dos bens, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

IV - O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

V- Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

VI - Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, 'h', da Lei nº 14.133/2021)



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

8.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO** sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

8.1.1.1 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

8.1.1.2 A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final.

8.1.1.2.1 O percentual de desconto ofertado pelo licitante vencedor na fase de lances, correspondente ao critério de julgamento pelo menor preço global do lote, deverá ser obrigatoriamente aplicado de forma linear e proporcional sobre os preços unitários de todos os itens que compõem o respectivo lote. Dessa forma, a proposta final readequada deverá refletir fielmente o desconto global concedido, garantindo a compatibilidade entre o valor total adjudicado e a soma dos valores unitários ajustados, vedada a aplicação de descontos diferenciados entre os itens ou qualquer prática que descaracterize a uniformidade do desconto originalmente ofertado, sob pena de desclassificação da proposta, nos termos dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e do julgamento objetivo, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.1.2 Para apresentação da proposta poderá ser utilizado o modelo anexo ao instrumento convocatório. A proposta deverá conter os dados mínimos exigidos, como: valor unitário e total do item.

8.1.2.3 Em conjunto com a Proposta de Preços, serão exigidas as seguintes documentações:

8.1.2.3.1 Documentos auxiliares à análise de proposta:

8.1.2.3.1.1 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA E DO PROFISSIONAL

8.1.2.3.1.1.1 A licitante deverá comprovar aptidão para a execução do objeto mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

objeto desta contratação, especialmente relacionados à manutenção, inspeção técnica ou operação de Estações Meteorológicas de Superfície Automática (EMS-A), EPTA ou sistemas correlatos do SISCEAB.

8.1.2.3.1.1.2 Para fins de comprovação da qualificação técnico-profissional, a licitante deverá apresentar profissional(is) técnico(s) devidamente habilitado(s), com certificação válida emitida pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), nos termos da Instrução do Comando da Aeronáutica ICA 66-23 – “Licenças e Certificados de Habilitação Técnica para o Pessoal Técnico do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro”, compatível com a execução de serviços de manutenção em Estações Meteorológicas de Superfície Automática (EMS-A) ou sistemas equivalentes.

8.1.2.3.1.1.3 A comprovação do vínculo do(s) profissional(is) indicado(s) com a licitante deverá ser realizada por meio de:

- a) registro em carteira de trabalho (CTPS);
- b) contrato de prestação de serviços; ou
- c) declaração formal de disponibilidade, firmada pelo profissional, acompanhada de compromisso de vinculação em caso de contratação.

8.1.2.3.1.1.4 A licitante deverá apresentar, para fins de validação da qualificação técnica, cópia dos certificados ou licenças dos profissionais indicados, dentro do prazo de validade, conforme exigências da ICA 66-23.

8.1.2.3.1.1.5 Quando aplicável, a licitante deverá apresentar Certidão de Registro e Quitação (CRQ) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da sua sede, válida na data de apresentação da documentação, bem como indicar profissional legalmente habilitado para assumir a responsabilidade técnica pelas atividades de engenharia eventualmente envolvidas na execução do objeto.

8.1.2.3.1.1.6 A exigência de registro no CREA aplica-se exclusivamente às parcelas do objeto que configurem atividades típicas de engenharia, nos termos da legislação profissional vigente, não substituindo nem dispensando a obrigatoriedade de apresentação de profissional habilitado conforme a ICA 66-23.

8.1.2.3.1.1.7 Quando exigido o responsável técnico vinculado ao CREA, deverá ser apresentada a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrada no conselho competente, no início da execução contratual.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

8.1.2.3.1.1.8 Não será exigida certificação específica da empresa junto ao DECEA, desde que comprovada a disponibilização de profissional habilitado nos termos da ICA 66-23, em observância aos princípios da competitividade, razoabilidade e proporcionalidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.1.2.3.1.1.9 As exigências de habilitação técnica estabelecidas neste item foram definidas com base na natureza e complexidade do objeto, limitando-se ao estritamente necessário para assegurar a adequada execução contratual, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e com as normas técnicas aplicáveis (ICA 63-10, ICA 66-23 e ICA 66-27), resguardando a competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

8.1.3 As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte:

☐ **NÃO PODERÃO** se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

☒ **PODERÃO** se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

8.2 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Art. 68 da Lei nº 14.133/2021)

8.2.1.1 Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no instrumento convocatório.

8.2.2 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art. 69 da Lei nº 14.133/21)

8.2.2.1 **SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.** Para qualificação econômico-financeira é necessário a apresentação de:

☒ Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no caso de Pessoa Jurídica.

8.2.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 67 da Lei 14.133/2021)

☐ **NÃO SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA,**



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

☒ **SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, conforme critério(s) a seguir elencado(s):

☒ Declaração de vistoria do local dos serviços, para perfeito conhecimento do objeto licitado, inclusive quanto às características físicas, das quantidades e especificidades dos serviços objeto da licitação, não se admitindo reclamações futuras advindas de dificuldades técnicas e operacionais não detectadas quando da vistoria e de disponibilidade de instalações, equipamentos, material e pessoal técnico adequados para a realização do objeto da licitação, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo **APENSO III**

☒ O licitante deve apresentar comprovação de aptidão para a execução dos serviços, inclusive de complexidade tecnológica e operacional, equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de **ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou por documentos regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.2.3.1 Para fins da demonstração de que trata este subitem, será admitida a comprovação da execução mínima dos quantitativo das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim considerados:

PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA OU VALOR SIGNIFICATIVO	QUANTITATIVO TOTAL (100%)	COMPROVAÇÃO MÍNIMA %
<i>Execução de manutenção preventiva em sistemas meteorológicos, EPTA, EMS-A ou sistemas equivalentes</i>	100%	50%
<i>Execução de inspeção técnica e emissão de relatórios de conformidade</i>	100%	50%

8.2.3.1.2 As certidões ou atestados deverão comprovar, ainda, a execução de serviços com as seguintes características mínimas:

a) Execução de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em sistemas técnicos similares, preferencialmente vinculados a sistemas meteorológicos, telecomunicações aeronáuticas ou equipamentos do SISCEAB;



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

b) Comprovação de que o fornecedor possui experiência mínima de **01 (um) ano** na prestação de serviços similares ao objeto da contratação, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados.

8.2.3.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.2.3.2.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.3.2.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

☒ **Registro ou inscrição válida da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, quando as atividades executadas envolverem responsabilidade técnica de engenharia, em plena validade.

☒ **Apresentação de profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, quando aplicável, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes ao objeto.

☒ Indicação do pessoal técnico, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos:

- Técnico habilitado conforme ICA 66-23

- Engenheiro eletricista (quando aplicável)

☒ Prova de atendimento aos seguintes requisitos legais e normativos:

a) Atendimento às exigências da **ICA 63-10** (EPTA);

b) Atendimento à **ICA 66-23** (habilitação técnica do profissional);

c) Atendimento à **ICA 66-27** (manutenção e calibração de equipamentos);

8.3 DEMONSTRAÇÃO DE COMPATIBILIDADE (ART. 17, §3º da Lei nº 14.133/2021)



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

☒ **NÃO SE APLICA.**

☐ **DEMONSTRAÇÃO OBRIGATÓRIA DE COMPATIBILIDADE.**

8.4 PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS

8.4.1 Na hipótese de a contratação possuir um ou mais itens com valor estimado em até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais):

☐ **SERÁ** concedida exclusividade de participação para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas.

☒ **NÃO SERÁ** concedida exclusividade de participação para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas. A exclusão da exclusividade de participação se fundamenta pois a presente contratação envolve serviços técnicos especializados relacionados à manutenção de Estação Meteorológica de Superfície Automática (EMS-A), integrante do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), cuja execução exige:

- Profissionais devidamente habilitados conforme a Instrução do Comando da Aeronáutica ICA 66-23;
- Observância rigorosa de normas técnicas específicas (ICA 63-10, ICA 66-27);
- Elevado grau de especialização técnica e responsabilidade operacional, com impacto direto na segurança das operações aeronáuticas;
- Estrutura técnica e operacional compatível com atendimento contínuo e eventual acionamento corretivo.

Dessa forma, a limitação da disputa exclusivamente a ME/EPP poderia comprometer a competitividade do certame e a obtenção da proposta mais vantajosa, além de restringir a participação de empresas com comprovada capacidade técnica no segmento, o qual é notoriamente especializado e com reduzido número de fornecedores.

Ademais, conforme levantamento de mercado realizado, verificou-se baixa oferta de fornecedores aptos, o que reforça a necessidade de ampliação da competitividade, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que tal entendimento encontra respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle, que admitem a não aplicação da exclusividade para ME/EPP quando devidamente justificada por razões técnicas e de mercado.

Diante do exposto, conclui-se que:



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

- Não será adotada a exclusividade para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;
- Será permitida a participação de ME/EPP em igualdade de condições com as demais empresas, assegurando-se, quando cabível, os benefícios previstos na legislação (como empate ficto e regularização fiscal tardia).

A medida adotada busca garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sem prejuízo à competitividade e à segurança da contratação.

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1.1 O MUNICÍPIO se obriga a:

9.1.1.1 Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.1.3 Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja refeito, reparado ou corrigido;

9.1.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.1.5 Efetuar o pagamento ao fornecedor no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

9.1.1.6 Rejeitar os serviços executados fora das especificações exigidas ou quando não estejam de conformidade com os padrões de qualidade, dando ciência dos motivos da recusa ao fornecedor, que assumirá todas as despesas daí decorrentes.

9.1.1.7 Notificar previamente ao fornecedor, quando da aplicação de penalidades;



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

9.1.1.8 Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pelo fornecedor, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;

9.1.1.9 Emitir Ordem de Serviço para instruir a execução dos serviços;

9.1.1.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos.

9.1.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

9.1.1.10.1 A administração responderá ao contratado dentro dos prazos legalmente estabelecidos, contados da data da conclusão da instrução do requerimento.

9.1.1.11 O MUNICÍPIO se obriga, especialmente a verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade das manutenções executadas.

9.2 OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.2.1 O fornecedor se obriga a:

9.2.1.1 O fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2.1.2 Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal com todas as discriminações inerentes ao objeto, bem como as certidões de regularidade cabíveis;

9.2.1.3 Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função do objeto do contrato a ser firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralizações na execução dos serviços, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados ao MUNICÍPIO no prazo de 8 (quarenta e oito) horas;



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

9.2.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do futuro contrato em que se verifiquem má qualidade, vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados, se for o caso, ou não correspondente(s) ao(s) material(is);

9.2.1.5 Comunicar ao MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.1.6 Manter, durante toda a execução do futuro contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.1.7 Promover a destinação final ambientalmente adequada dos materiais eventualmente empregados na prestação dos serviços, sempre que a legislação assim o exigir;

9.2.1.8 Prestar ao MUNICÍPIO, sempre que necessário, esclarecimentos, fornecendo toda e qualquer orientação necessária.

9.2.1.9 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos, Alvarás, licenciamentos, autorizações e materiais necessários à execução do objeto deste Termo de Referência;

9.2.1.10 Assegurar que o objeto deste Termo de Referência não sofra solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

9.2.1.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica na execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao MUNICÍPIO;

9.2.1.12 A eventual retenção de tributos pelo MUNICÍPIO não implicará a responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pelo fornecedor.

9.2.1.13 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição do objeto, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, competindo ao fornecedor, ainda, observar, de acordo com a



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo MUNICÍPIO, a necessidade de seu destaque, se cabível, bem como a discriminação das informações requeridas nas Notas Fiscais, conforme os comandos legais específicos;

9.2.1.14 Responsabilizar-se pelos vícios, ainda que ocultos, e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo MUNICÍPIO, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.1.15 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo MUNICÍPIO, de refazimento dos serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com o estipulado neste instrumento, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o MUNICÍPIO;

9.2.1.15.1 Comunicar ao MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal relativa à execução;

9.2.1.16 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo MUNICÍPIO ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto;

9.2.1.17 Não contratar, durante a vigência do futuro contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do MUNICÍPIO, ou do fiscal ou do gestor, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

9.2.1.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do futuro contrato;

9.2.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do futuro contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021);

9.2.1.20 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência do futuro contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

9.2.1.21 Compete ao fornecedor, ainda:

8.2.1.21.1 Realizar as manutenções na forma programada, no prazo e local indicados, em estrita observância das especificações do Edital, Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

8.2.1.21.2 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Arts. 155 a 162 da Lei 14.133/2021)

10.1 O fornecedor sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa, conforme disciplinado no instrumento convocatório.

10.2 Da aplicação das multas:

10.2.1 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

10.2.1.1 Ultrapassado esse prazo, poderá ser caracterizada a inexecução contratual, sujeitando o contratado às sanções cabíveis.

10.2.2 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:

- I. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- II. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- III. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- IV. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- V. Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

10.2.3 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas:

- I. Der causa à inexecução total do contrato;
- II. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- II. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.2.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato:

- I. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

10.2.4.1 Nos casos em que a inexecução parcial causar grave dano à Administração, poderá ser aplicada multa de até 15% (quinze por cento) do valor total do contrato.

10.2.5 As multas poderão ser cumuladas com as demais sanções administrativas, conforme a gravidade da infração.

10.2.6 O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos devidos ao contratado ou da garantia contratual, se houver, ou ainda cobrado judicialmente.

10.2.7 A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do contratado, conforme art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'i', da Lei nº 14.133/2021)

11.1 O custo estimado total da contratação se encontra na **TABELA DE ITENS A LICITAR** disposta no Instrumento Convocatório.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

11.2 As memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte, bem assim a indicação dos parâmetros utilizados, constam como anexo(s) ao procedimento administrativo de licitação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, 'j' da Lei 14.133/2021)

12.1 As despesas decorrentes da contratação proposta correrão à conta de recursos específicos indicados em formulário(s) de informações orçamentárias anexo(s) ao procedimento administrativo de licitação.

13. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

13.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pelas servidora Lara Rodrigues Caixeta estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, afastando-se as características, cláusulas e condições que direcionem, comprometam, restrinjam ou frustre o caráter competitivo da licitação, passando, assim, a integrar o processo administrativo formalizado.

Patos de Minas, data da assinatura eletrônica.

VALEIKA CARMINATI

Diretora de Transporte

LARA RODRIGUES CAIXETA

Gestora de Aerodromo



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS
**TRÂNSITO, TRANSPORTE
E MOBILIDADE**

APENSO I

TABELA INDICATIVA DE ITENS A LICITAR

LOTE	ITEM	CÓDIGO ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTITATIVO TOTAL	ME/EPP OU AMPLA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	1	75.644	Execução de laudo técnico inicial, contemplando atividades de manutenção preventiva básica passíveis de realização em campo, sem necessidade de substituição de componentes, incluindo, entre outras: lubrificação de equipamentos, recomposição de pequenos trechos de cabeamento danificado, ajustes e reparos pontuais (disjuntores, lâmpadas e isolamentos), além de configuração de computadores e softwares associados	SV	1	AMPLA	R\$31.000,00	R\$31.000,00
	2	75.645	Execução de Manutenção Preventiva Periódica (trimestral), contemplando inspeções técnicas programadas e/ou sob demanda.	SV	4	AMPLA	R\$15.500,00	R\$62.000,00
	3	75.646	Assessoramento mensal	SV	12	AMPLA	R\$7.000,00	R\$84.000,00
	4	75.647	Acionamento para verificação da indisponibilidade da EMS-A e levantamento de reparos em até 72h.	SV	4	AMPLA	R\$31.000,00	R\$124.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO								R\$301.000,00

DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO: **25/03/2026**



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS
TRÂNSITO, TRANSPORTE
E MOBILIDADE
APENSO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

A execução de Manutenção Preventiva Periódica (trimestral), deverá contemplar inspeções técnicas programadas e/ou sob demanda, com o objetivo de assegurar a continuidade operacional, a confiabilidade e o desempenho adequado da Estação Meteorológica de Superfície Automática (EMS-A). Deverá ser realizada, mas não se limitando a:

- a) Verificação funcional dos sensores e sistemas associados;
- b) Checagem de integridade de cabeados e conexões;
- c) Limpeza técnica dos equipamentos;
- d) Ajustes mecânicos e elétricos;
- e) Validação de parâmetros operacionais;
- f) Testes de comunicação;
- g) Transmissão de dados; e
- h) Verificação de softwares e configurações.

3.2 Sempre que aplicável, serão realizados registros técnicos das intervenções e das condições operacionais observadas, visando ao acompanhamento histórico e à identificação de eventuais não conformidades, conforme preconizado pela norma e para acompanhamentos da administração.

3.3 As manutenções trimestrais serão realizadas em coordenação com a Administração Local, visando a adequada gestão junto aos operadores aéreos e reguladores da aviação civil, a fim de prover a publicação de informações aeronáuticas de indisponibilidade de equipamentos da Estação.

3.4 A empresa contratada deverá disponibilizar, para execução do serviço, no mínimo os profissionais abaixo :

- a) Técnico em Estação Meteorológica, habilitado conforme ICA 66-23;
- b) Engenheiro Eletricista consultivo, habilitado conforme ICA 66-23;

3.5 Quando do início da execução dos serviços deverá ser apresentado a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente quitada.



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS
**TRÂNSITO, TRANSPORTE
E MOBILIDADE**
APENSO III

DECLARAÇÕES

A Empresa, portadora do CNPJ n.º..... participante do
PREGÃO ELETRÔNICO Nº -----/2026 cujo objeto é a _____, DECLARA:

* Que temos conhecimentos das condições do local de execução do objeto, inclusive quanto às características físicas, das quantidades e especificidades dos serviços objeto desta licitação. Declaro ainda que foi dado acesso às instalações dos órgãos da Prefeitura Municipal, bem como foram esclarecidas todas as questões por mim suscitadas, e que tenho pleno conhecimento do volume de trabalho e dos materiais/equipamentos necessários à execução dos serviços objeto desta licitação e não pronunciarei qualquer reclamação posterior de desconhecimento de detalhes técnicos e operacionais não detectados na visita técnica;

* Que possuímos pessoal capacitado, em quantidade suficiente e disponível para a execução do objeto da licitação acima referenciada, sob pena de responsabilização nos termos da Lei.

(Qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos)

- 1-
- 2-
- 3-

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, assino a presente declaração.

(LOCAL E DATA)

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

(ENDEREÇO, SE INEXISTENTE NO PAPEL IMPRESSO)



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS

**TRÂNSITO, TRANSPORTE
E MOBILIDADE**

APROVAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA

Considerando que o Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto a ser contratado, APROVO o referido documento para que, obrigatoriamente, seja parte integrante do edital.

ELIAS PERPÉTUO SARÁIVA

Secretário Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade

TERMO DE REFERENCIA - ESTAÇÃO METEOROLÓGICA PDF pdf

Código do documento 1937bd3c-7285-45fa-84b0-c00d2df8b3c6



Assinaturas



ELIAS PERPETUO SARAIVA
elias.saraiva@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou



Valeika Carminati
diretor.transporte@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Valeika Carminati



Lara Rodrigues Caixeta
lara@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Lara Rodrigues Caixeta

Eventos do documento

14 May 2026, 08:38:34

Documento 1937bd3c-7285-45fa-84b0-c00d2df8b3c6 **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-05-14T08:38:34-03:00

14 May 2026, 08:39:43

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-05-14T08:39:43-03:00

14 May 2026, 11:28:21

ELIAS PERPETUO SARAIVA **Assinou** (3c3e80f7-6fc3-4b36-bb62-f18dae2cb5b0) - Email: elias.saraiva@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.64.176 (138-0-64-176-cgnat.onnettelecom.com.br porta: 19750) - Documento de identificação informado: 621.681.266-15 - DATE_ATOM: 2026-05-14T11:28:21-03:00

14 May 2026, 11:30:53

VALEIKA CARMINATI **Assinou** (f32908dd-6133-4875-b18a-543b9c227787) - Email: diretor.transporte@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.64.176 (138-0-64-176-cgnat.onnettelecom.com.br porta: 30300) - Documento de identificação informado: 083.991.466-09 - DATE_ATOM: 2026-05-14T11:30:53-03:00

14 May 2026, 13:25:52

LARA RODRIGUES CAIXETA **Assinou** (11cc282f-213c-47dd-b598-6f4a70c04bb2) - Email: lara@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 177.85.2.178 (177-85-2-178-static.onnettelecom.com.br porta: 56410) - Documento de identificação informado: 084.457.356-67 - DATE_ATOM: 2026-05-14T13:25:52-03:00

Hash do documento original

(SHA256):b9a501285b9249bb560c6b752250bcf995cd0bf233e4867e55ab63a706e42795

(SHA512):b046710fb70d992c60b077c1affb919b7e5b3b655672b6f31619a600a5833f10c379e63d2144bc857f8a087bed40d39c97fd5bab20c8b69f6c0f19e34a2fc19a

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.
